

I REUNIÃO DE TRABALHO PARA REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE/RN 2016-2020
COJE, 1º de junho de 2015

1ª Oficina de trabalho – Analisando o cenário interno

MATERIAL DE REFERÊNCIA – GRUPO 1

PERSPECTIVAS DO BSC	Sociedade	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ambiente interno		Ambiente externo	
			FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
		Contribuição para a educação política do eleitor	<p>Institucionalização do Programa do Eleitor do Futuro</p> <p>Existência da EJE</p>	<p>Descontinuidade das ações que norteiam o PEF</p> <p>Pouca participação dos servidores em função da pouca valoração institucional a programas desta natureza</p>	<p>Macrodesafios do Poder Judiciário 2015-2020 – Res. nº 198 – CNJ</p> <p>Res. nº 21.353/2003 – TSE – Criação da EJE</p> <p>Ambiente sócio-político atual demandando maior abertura do Poder Judiciário para a sociedade</p> <p>Baixo conhecimento da sociedade sobre a atuação da Justiça Eleitoral</p> <p>Credibilidade da Justiça Eleitoral</p> <p>Interesse dos meios de comunicação nos temas de cunho social e educativo, quando promovidos por órgãos públicos</p>	
Garantia da qualidade e da acessibilidade dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral	<p>Programa de Acessibilidade da JE e do TRE/RN</p> <p>Apoio institucional às ações do Programa de Acessibilidade</p> <p>Capacitação em Atendimento ao Cliente (ZEs)</p> <p>Capacitação em Libras (obrigatório)</p> <p>Existência da Ouvidoria Eleitoral</p> <p>Existência das Cartas de Serviços de 1º e 2º Graus</p> <p>Capilaridade da Justiça Eleitoral</p>	<p>Maior priorização pelos servidores para o reconhecimento da acessibilidade como política institucional</p> <p>Ausência de pesquisa de satisfação com os serviços</p> <p>Falta de atualização da Carta de Serviços de 1º Grau, à luz da LAI</p> <p>Deficiência da gestão da informação na Internet e na Intranet</p> <p>Fragilidade na comunicação nas redes sociais</p> <p>Número reduzido de servidores nos Cartórios Eleitorais prejudicando o atendimento</p>	<p>Res. nº 23.381/2012 – TSE – Programa de acessibilidade da Justiça Eleitoral</p> <p>Res. nº 21.920/2004 – TSE - Dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto dos cidadãos portadores de deficiência, cuja natureza e situação impossibilitem ou tornem extremamente oneroso o exercício de suas obrigações eleitorais.</p> <p>Monitoramento do TSE sobre o cumprimento das Resoluções acima.</p>	<p>Dependência de instituições externas para o alcance de alguns resultados do Programa de Acessibilidade (barreiras arquitetônicas)</p>		

I REUNIÃO DE TRABALHO PARA REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE/RN 2016-2020
COJE, 1º de junho de 2015

		<p>Garantia da celeridade e da produtividade na prestação jurisdicional</p>	<p>Acervo residual de processos não relacionados ao pleito é pequeno</p> <p>Processos vinculados ao calendário eleitoral</p> <p>Comitê Gestor de Metas – COGEM instituído</p>	<p>Ausência de juízes titulares nas Zonas Eleitorais, gerando o acúmulo de atribuições</p> <p>Ausência de promotores eleitorais nas Zonas Eleitorais, gerando o acúmulo de atribuições</p> <p>Demora no julgamento dos processos de prestação de contas dos não eleitos</p>	<p>Programa de Metas do CNJ – Meta 1 e Meta 2 do CNJ</p> <p>Macrodesafios do Poder Judiciário0 – Res. 198/CNJ</p> <p>Implantação do PJe iniciado no TSE (fase de testes) com cronograma de implantação para os TREs já definido</p>	<p>Dependência do TSE para implantação do PJe na Justiça Eleitoral</p>
		<p>Combate à corrupção e à improbidade administrativa</p>	<p>Aumento de decisões do Pleno do Tribunal que ensejaram a realização de Eleições Suplementares</p>	<p>Falta de celeridade nos julgamentos que ensejariam a cassação de mandato</p> <p>Ausência de juízes titulares nas Zonas Eleitorais, gerando o acúmulo de atribuições</p> <p>Ausência de promotores eleitorais nas Zonas Eleitorais, gerando o acúmulo de atribuições</p> <p>Demora no julgamento dos processos de prestação de contas dos não eleitos</p>	<p>Meta Específica da Justiça Eleitoral para 2015 (Ex. outros Regionais: Resolução nº 8.680 – TRE/MA – Tramitação prioritária de processos; Resolução nº 1.390/2013 – TRE/MS – Tramitação prioritária de processos)</p>	

I REUNIÃO DE TRABALHO PARA REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE/RN 2016-2020
COJE, 1º de junho de 2015

1ª Oficina de trabalho – Analisando o cenário interno

MATERIAL DE REFERÊNCIA – GRUPO 2

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ambiente interno		Ambiente externo	
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Aprimoramento contínuo do planejamento e da execução do processo eleitoral, garantindo-lhe transparência e segurança	<p>Agilidade na apuração do pleito</p> <p>Eficiência na realização das eleições</p> <p>Aumento na integração (sede / zonas) do planejamento do pleito</p> <p>Inovações na área de TIC (Ex.: app android)</p> <p>Aprimoramento do processo de avaliação das eleições</p> <p>Existência de ferramenta para acompanhamento da execução do planejamento das eleições (PADLog)</p>	<p>Quadro reduzido de servidores nas Zonas Eleitorais do interior</p> <p>Baixo nível na Gestão de riscos dos processos trabalho da eleição</p> <p>Necessidade de aprimorar as estimativas de pessoal para o atendimento das etapas do pleito (parâmetros objetivos, p. ex.: deslocamento de serv. baseado no tamanho do eleitorado)</p> <p>Persiste a necessidade de ações de valorização do trabalho dos mesários</p>	<p>Utilizar a biometria como marketing institucional</p>	<p>Baixa participação da sociedade (cidadãos, partidos e candidatos) nas audiências públicas previstas no calendário eleitoral (lacração das urnas, checagem dos sistemas, geração de mídias, votação paralela, entre outros)</p> <p>Rotatividade e período de troca dos gestores do TRE (Pres. e Vice-Pres.) às vésperas do pleito</p> <p>Alto custo da eleição para a sociedade</p> <p>Eventual mudança de diretrizes da biometria pelo TSE</p> <p>Ausência de uma política nacional para a atuação dos mesários</p>
Desenvolvimento da gestão de processos	<p>Normatização das contratações de TI (Portaria nº 388/2014-GP)</p> <p>Criação do Escritório de Processos</p> <p>Existência do Processo Administrativo Eletrônico – PAE</p> <p>Fluxos mapeados e melhorados na área de aquisições/contratações</p> <p>Fluxos mapeados e melhorados na área de benefícios</p> <p>Criação do Núcleo de Licitações</p>	<p>Mapeamento limitado e sem sistematização dos processos</p> <p>Inoperância do Escritório de Processos</p> <p>Ausência de metodologia de gestão de processos definida</p> <p>Capacitação dos gestores e servidores no tema gestão de processos</p> <p>Percepção de que a gestão de processos é projeto coletivo</p> <p>Persistente formalismo no trâmite e instrução dos processos (demora processual)</p> <p>Alto congestionamento do PAE</p> <p>Pouco uso do instituto da delegação</p> <p>Fragilidade da fase de planejamento (termo de referência) nos processos de aquisição/contratação</p> <p>Ausência de revisão periódica de normas internas (intranet desatualizada)</p>	<p>Novas soluções de processos administrativos eletrônicos</p>	<p>Eventual obrigatoriedade de uma solução (PAE) nacional imposta pela TSE no futuro</p>

I REUNIÃO DE TRABALHO PARA REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE/RN 2016-2020
COJE, 1º de junho de 2015

				<p>Ausência de melhoria nas rotinas internas das unidades (manualização / padronização de procedimentos)</p> <p>Ausência de gestão do conhecimento (o conhecimento sobre as rotinas é apropriado pelos servidores)</p>		
--	--	--	--	--	--	--

**I REUNIÃO DE TRABALHO PARA REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE/RN 2016-2020
COJE, 1º de junho de 2015**

	<p align="center">Estruturação do sistema de governança institucional</p>	<p>Reconhecimento da obrigatoriedade da efetivação da governança</p> <p>Atuação regular (mensal / extraordinária) do COGEO</p> <p>Participação do Colegiado do TRE/RN nas questões administrativas</p> <p>Participação efetiva do Gestor de Metas (Juiz Federal)</p>	<p>Pouco conhecimento sobre os temas estratégicos</p> <p>Baixo grau de maturidade institucional em gestão estratégica – Diagnóstico do CNJ 2013</p> <p>Baixa maturidade dos gestores táticos em gestão estratégica (coordenadores)</p> <p>A existência de uma estrutura de governança que não atua de forma sistêmica, fragilizando a sua atuação / efetividade</p> <p>Baixa compreensão sobre os indicadores estratégicos e a ausência de indicadores gerenciais</p> <p>Ausência de uma política de gestão de riscos</p> <p>Imaturidade sobre a definição e o monitoramento dos controles internos administrativos do órgão</p> <p>Inoperância do Escritório de Projetos / gestão do portfólio</p> <p>Baixo nível de maturidade em gestão de projetos (Consultoria do TSE)</p> <p>Fragilidade da comunicação da estratégia</p> <p>Impacto dos ciclos curtos dos gestores sobre a gestão estratégica</p> <p>Percentual baixo de recursos para capacitação nos temas estratégicos</p> <p>Inoperância do Núcleo de Estatística</p>	<p>Aprimoramento da gestão através dos questionários do TCU</p> <p>Parecer nº 2/2013-SCI/Presi/CNJ (PAE 2276/2014) – Gestão de Riscos</p> <p>Bancos de boas práticas do Judiciário</p>	<p>Rotatividade e período de troca dos gestores do TRE (Pres. e Vice-Pres.)</p> <p>Atuação do TSE x CNJ na Rede de Governança do Poder Judiciário</p>
--	--	--	---	---	---

I REUNIÃO DE TRABALHO PARA REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE/RN 2016-2020
COJE, 1º de junho de 2015

1ª Oficina de trabalho – Analisando o cenário interno

MATERIAL DE REFERÊNCIA – GRUPO 3

	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ambiente interno		Ambiente externo	
		FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
PERSPECTIVAS DO BSC Aprendizado e Conhecimento	Melhoria da gestão de pessoas, enfatizando a gestão por competências, o gerenciamento do clima, a saúde e a qualidade de vida no trabalho	Satisfação no relacionamento com colegas (Pesquisa de Clima 2013)	Carência/ má distribuição da força de trabalho	Acórdão nº 3023/2013 – TCU – Plenário (GP como área estratégica)	Alta Rotatividade e período curto de troca dos gestores do TRE (Pres. e Vice-Pres.)
		Disponibilidade atendimento médico e odontológico no trabalho	Claros de lotação de juízes / falta de quadro próprio de juízes	Política Nacional de Gestão de Pessoas do PJU – CNJ (Minuta)	Possibilidade de novas regras para aposentadoria
		Ambiente físico de trabalho considerado satisfatório (Pesquisa de Clima 2013)	Comunicação interna insatisfatória (Pesquisa de Clima 2013)	Descrição dos Macrodesafios – Res. nº 198 – CNJ	Defasagem remuneratória
		Corpo funcional capacitado (escolaridade elevada)	Fragilidade do diagnóstico das condições de saúde do servidor (visão global da instituição)	Projeto de Lei – Isonomia FCs dos Cartórios Eleitorais / Criação de cargos	
		Flexibilidade e redução da jornada de trabalho	Dificuldade de implantar a gestão por competências	Realização de concurso público em 2015	
		Remuneração / benefícios	Ausência de gestão do conhecimento	Serviço Voluntário – Res. nº 17/2012-TRE/RN	
			Ausência de reconhecimento / meritocracia (Pesquisa de Clima 2013)	Cenário favorável para a manutenção / crescimento do orçamento de capacitação de recursos humanos	
			Número de elevado de servidores que podem se aposentar nos próximos 5 anos		
			Pouca efetividade dos cursos de desenvolvimento gerencial no sentido de gerar mudanças organizacionais		
			Inobservância da ordem de substituição nas ZEs		
			Questionário de governança de pessoas (TCU) apontando baixo nível da instituição		

I REUNIÃO DE TRABALHO PARA REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE/RN 2016-2020
COJE, 1º de junho de 2015

	<p align="center">Aprimoramento da infraestrutura e governança de TIC</p>	<p>Interesse dos gestores da STI em aprimorar a estrutura organizacional interna e buscar a excelência na prestação de serviços</p> <p>Credibilidade da área de tecnologia da informação e comunicação (TIC)</p> <p>Apoio da atual Administração em busca de melhorias para a STI</p> <p>Qualificação adequada dos profissionais da STI</p> <p>Cargos de liderança da STI ocupados por servidores do quadro permanente</p> <p>Corpo funcional comprometido com as eleições e a melhoria contínua dos serviços de tecnologia da informação</p> <p>Busca pela implantação de melhores práticas de gestão de serviços e Governança Corporativa de TIC</p> <p>Constante atualização do parque computacional</p> <p>Envolvimento de servidores do TRE/RN em projetos de âmbito nacional da área de informática</p> <p>Facilidade de adaptação a mudanças</p> <p>Baixa rotatividade dos profissionais da área de TIC</p>	<p>Imaturidade em gestão estratégica e governança de TI</p> <p>Carência de servidores e alto volume de atividades rotineiras</p> <p>Baixa capacitação na área de TI</p> <p>Baixo índice de processos de trabalho mapeados</p> <p>Baixa integração entre servidores das unidades da STI</p> <p>Ausência de políticas de comunicação interna eficientes</p> <p>Baixa aderência às boas práticas de gestão e governança de TI</p> <p>Espaço físico insuficiente para as unidades da STI</p> <p>Desvio de funções para atividades que não competem à STI</p> <p>Não utilização de tecnologias na automatização de processos rotineiros</p> <p>Falta de integração com equipes de outros regionais para a troca de soluções</p> <p>Envolvimento da STI em diversas atividades relativas ao projeto de cadastramento biométrico</p>	<p>Sistemas uniformizados e custeados pela Justiça Eleitoral</p> <p>Integração do planejamento das eleições</p> <p>Disponibilidade de inovações tecnológicas</p> <p>Ambiente favorável à formação de parcerias na Justiça Eleitoral, para inovações tecnológicas</p> <p>Estímulo do TSE, CNJ e TCU na implantação de melhores práticas de gestão e de Governança Corporativa de TIC nos Regionais</p> <p>Sistemas administrativos desenvolvidos por outros órgãos</p> <p>Fiscalização permanente do TCU e CNJ nas áreas de TI do Judiciário</p> <p>Alta demanda por serviços de tecnologia da informação</p> <p>Reconhecimento da sociedade quanto à organização e celeridade do processo eleitoral</p>	<p>Limitações orçamentárias</p> <p>Questionamentos sobre segurança do sistema eletrônico de votação</p> <p>Estudo nacional para realização de eleições unificadas</p> <p>Transitoriedade da alta gestão, comprometendo a continuidade dos trabalhos da Secretaria</p> <p>Alta dependência de parceiros externos em relação a soluções tecnológicas</p> <p>Falta de ampliação do corpo de servidores da área de TI</p> <p>Falta de publicação de produtos ofertados pelo TSE</p> <p>Ausência de quadro próprio de magistrados na Justiça Eleitoral</p> <p>Falta de nivelamento de outras Secretarias em relação à matéria Governança Corporativa</p>
--	--	--	---	---	---

I REUNIÃO DE TRABALHO PARA REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE/RN 2016-2020
COJE, 1º de junho de 2015

	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ambiente interno		Ambiente externo	
		FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
PERSPECTIVAS DO BSC Gestão Orçamentária e Financeira	Aperfeiçoamento da gestão de custos, com foco na eficiência e na sustentabilidade	Res. nº 6/2008 – Programa de Educação Ambiental	Inércia da Comissão Ambiental	Aprovação e exigência de aplicação da Res. nº 201 – CNJ (Política Ambiental e de Sustentabilidade do Poder Judiciário) para os tribunais	Contingenciamento do orçamento
		Atuação regular (mensal / extraordinária) do COGEO	Ausência de monitoramento dos gastos com energia, água, papel, etc.	Relatórios de acompanhamento da execução orçamentária do TSE	
		Infraestrutura mobiliária já utiliza soluções sustentáveis	Falta de revisão do Plano de Logística Sustentável	Ambiente favorável para o estabelecimento de parcerias	
		Plano de Logística Sustentável formalizado	Execução orçamentária muito concentrada no 2º semestre do exercício		
		Ações do Orçamento Participativo	Ausência de política de estoque (exigência do questionário de aquisições TCU)		
			Ausência de política de compras (exigência do questionário de aquisições TCU)		
			Ausência de política de compras conjuntas (exigência do questionário de aquisições TCU)		
			Desalinhamento do cronograma do planejamento estratégico com o calendário orçamentário		
			Ausência de capacitação com foco na sustentabilidade		
			Fragilidade na priorização de necessidades orçamentárias estratégicas vinculadas às metas		